

CONTRATO N.º. /2021

DISPENSA N.º. 26/2021

PROCESSO N.º. 0013603

*Contrato, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE** e **PRIUS REPRESENTAÇÕES LTDA-ME**.*

CONTRATANTE:-MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º. 21.226.840/0001-47, com sede administrativa na Rua 08, n.º. 1000, Centro, CEP: 38.240-000, cidade de Itapagipe/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **RICARDO GARCIA DA SILVA**, brasileiro, casado, Advogado, portador do documento de identidade n.º. M-8.600.051 SSP/MG, inscrito no CPF n.º. 030.219.536-03, residente e domiciliado na Rua 24-A, n.º. 580, bairro Jardim Castro, na cidade de Itapagipe/MG.

CONTRATADA:- PRIUS REPRESENTAÇÕES LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n.º 03.361.851/0001-58, estabelecida à Rua Vinicius de Moraes, n.º 1280, bairro São Judas Tadeu, na cidade de Divinópolis/MG, CEP: 35.501-265, neste ato, representada por **MARLON DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador do documento de identidade n.º. MG-6.222.836 SSP/MG, inscrito no CPF n.º 005.907.646-16, residente e domiciliado em Divinópolis/MG.

Cláusula Primeira - Dos Fundamentos

1.1 - O presente instrumento contratual decorre da **Dispensa de Licitação n.º. 26/2021**, ratificada em 12 de março de 2021, atendendo ao disposto no art. 24, II, da Lei n.º. 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula Segunda - Do Objeto

2.1 - Contratação de serviços de pesquisa e remessa de publicações de atos processuais (informador jurídico) publicados nos Diários Eletrônicos, com fornecimento diário por meio de correio eletrônico e web site de boletim de publicações de interesse da Prefeitura Municipal de Itapagipe/MG.

2.2. O acompanhamento e remessa das publicações de atos processuais contemplam os seguintes diários eletrônicos:

2.2.1. DIÁRIOS OFICIAIS ELETRÔNICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MG - Poder Judiciário: INTERIOR

MG - Poder Judiciário: CAPITAL

MG - Poder Judiciário: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MG - Poder Judiciário: TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Caderno Administrativo

MG - Poder Judiciário: EDITAIS/INTERIOR

MG - Poder Judiciário: PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MG - Poder Judiciário: OAB ORDEM DOS ADVOGADOS ASSOCIADOS DO BRASIL

MG - DIÁRIO ELETRÔNICO DO TRIBUNAL ELEITORAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

MG - DIÁRIO ELETRÔNICO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO (3ª REGIÃO – MINAS GERAIS).

MG - MINAS GERAIS (IMPrensa OFICIAL DE MINAS GERAIS):

1 - Diário do Executivo.

2 - Diário do Legislativo.

3 - Publicação de Terceiros – Prefeituras e Câmaras.

4 - Diário do Ministério Público.

MG - DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

MG - DIÁRIO ELETRÔNICO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL (1ª REGIÃO).

MG - DIÁRIO ELETRÔNICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

MG - DIÁRIO ELETRÔNICO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

MG - DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS (AMM – Associação Mineira de Municípios).

MG - DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.

2.2.2. DIÁRIOS OFICIAIS ELETRÔNICOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

CJF - Conselho de Justiça Federal

AMP - Conselho Nacional do Ministério Público

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CSJT - Conselho Superior da Justiça do Trabalho

CJST ADM - Conselho Superior da Justiça do Trabalho Administrativa

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STM - Superior Tribunal Militar

TCU - Tribunal de Contas da União

TRF1 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região

TRF2 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região Caderno Judicial

TRF2 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região Caderno Administrativo

TRF3 - Tribunal Regional Federal da 3ª Região

TRF4 - Tribunal Regional Federal da 4ª Região

TRF5 - Tribunal Regional Federal da 5ª Região

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

TST - Tribunal Superior do Trabalho

2.2.3. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

DOU1 - Diário Oficial da União – Seção 1

DOU2 - Diário Oficial da União – Seção 2

DOU3 - Diário Oficial da União – Seção 3

Cláusula Terceira - Da Execução

3.1 - A CONTRATADA obriga-se a executar o presente contrato, observando o estabelecido no documento abaixo relacionado, que constitui parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de transcrição:

3.1.1 - Dispensa nº. 26/2021.

Cláusula Quarta – Valor, Forma de Pagamento

4.1. - **Valor** - O valor anual do presente contrato é de R\$ 2.513,00 (dois mil, quinhentos e treze reais).

4.2 - **Forma de Pagamento** – O pagamento será efetuado à Contratada, em até 15 (quinze) dias, mediante apresentação da Nota Fiscal dos serviços.

Cláusula Quinta – Vigência

5.1 - A vigência deste contrato será até 31/12/2021, podendo ser prorrogado a critério das partes, de acordo com os permissivos legais.

Cláusula Sexta - Recursos

6.1 - As despesas desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária nº.:
02.01.03.00.04.122.0040.06.2011.3.3.90.39.0000 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cláusula Sétima - Obrigações e Responsabilidades das Partes

7 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Geral das Licitações (Lei 8666/93) e demais legislações pertinentes, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

7.1 - DA CONTRATADA:

7.1.2 - Cumprir corretamente suas obrigações em relação ao objeto constante da Dispensa nº. **26/2021**.

7.1.3 - A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, securitários e comerciais resultantes da execução do objeto contratual, não transfere ao

CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.

7.1.4 - No preço ajustado no presente contrato incluem-se todas as despesas verificadas no fornecimento, inclusive refeição, transporte, obrigações tributárias, trabalhistas, securitárias, acidentes de trabalho, para-fiscais, infortunisticas, previdenciárias, fiscais, etc.

7.1.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa nº. **26/2021**.

7.1.6 - A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.1.7 - A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.1.8 - A **CONTRATADA**, na execução do contrato, não poderá subcontratar partes do serviço ou fornecimento, nem dar o contrato em garantia sem a expressa autorização e anuência da Administração.

7.2 - DO CONTRATANTE:

7.2.1 - Indicar os endereços eletrônicos para os quais a **CONTRATADA** deverá realizar o envio dos atos oficiais de interesse do Município;

7.2.2 - Proceder à conferência dos serviços de acordo com as especificações.

7.2.3 - Notificar a **CONTRATADA** qualquer irregularidade nos serviços.

7.2.4 - Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos pela cláusula quarta deste termo;

Cláusula Oitava - Modificações, Aditamentos e Reajustes

8.1 - Qualquer modificação de forma, qualidade ou quantidade (redução ou acréscimo), bem como prorrogação de prazo, poderá ser determinada pelo **CONTRATANTE** através de aditamento, atendidas as disposições previstas na Lei nº. 8.666/93.

8.2 - Poderá haver reajuste na forma prevista no art. 65, § 8º. da Lei nº. 8.666/93, limitado até o máximo do acumulado do INPC do ano imediatamente anterior.

8.3 - Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da contratada, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Cláusula Nona - Das Penalidades

9.1 - Sem prejuízo das sanções administrativas previstas nas Seções I e II do Capítulo IV, Lei nº. 8.666/93, a **CONTRATADA** poderá incorrer nas seguintes multas:

9.1.1. - 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato, se deixar de cumprir uma das cláusulas do instrumento contratual;

9.1.2. - 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, se por sua culpa for rescindido o mesmo, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O valor referente às multas será descontado no pagamento subsequente que fizer jus a **CONTRATADA**.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - As multas acima mencionadas são independentes, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

Cláusula Décima - Da Rescisão

10.1 - O contrato poderá ser rescindido uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte do **CONTRATANTE**, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados nos artigos 77 e seguintes da Lei nº. 8.666/93.

10.1.1 - Não haverá vínculo empregatício entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, em virtude do presente contrato.

Cláusula Décima Primeira - Dos Recursos

11.1- Das decisões relativas à rescisão contratual e aplicação das sanções previstas neste instrumento cabem os recursos constantes do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, sendo processados de acordo com as disposições dos parágrafos do mesmo artigo.

Cláusula Décima Segunda- Dos Ilícitos Penais

12.1- As infrações penais, tipificadas na Lei nº. 8.666/93 será objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

Cláusula Décima Terceira- Dos Casos Omissos

13.1 - Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº. 8.666 de 21/06/93 com suas alterações e demais normas pertinentes, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa.

Cláusula Décima Quarta - Das Disposições Gerais

14.1 - No caso de falecimento de quaisquer das partes contratantes, seus herdeiros e sucessores se obrigam a respeitar o presente contrato, em todos os seus termos, cláusulas e condições;

14.1.2 - Na contagem dos prazos referentes à execução do presente instrumento excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.1.3 - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade responsável pela contratação.

Cláusula Décima Quinta - Do Foro

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itapagipe/MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, que de outra forma não sejam solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

15.2. E por estarem plenamente em acordo com todas as cláusulas e condições, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas signatárias para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

Itapagipe/MG, 12 de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE

Contratante

PRIUS REPRESENTAÇÕES LTDA-ME

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG: